Economia mundial

China e o novo arranjo mundial

Felippe Serigati*

O DESEMPENHO econômico mundial é fortemente condicionado pela dinâmica de três economias: Estados Unidos, China e União Europeia. Quem quiser entender o que acontecerá com a economia internacional tem que dar especial atenção a estes três atores e a como eles se relacionam. Foi o que fez o FMI, em outubro passado, ao revisar as suas previsões de crescimento para a economia mundial. O resultado foi claro: o mundo, de forma generalizada, crescerá em 2012 menos do que o previsto no início do ano.

A economia da União Europeia deverá encolher -0,4% este ano. Itália e Espanha, com contrações, respectivamente, de -2,3% e -1,5%, serão os principais responsáveis por empurrar a média da Europa para baixo. Este desempenho deverá transbordar para os demais países da região; por exemplo, para o Reino Unido, que deverá ter uma retração de -0,4%. Os Estados Unidos devem crescer 2,2% e a China, 7,8%. Muitos analistas acreditam que o FMI foi otimista e que estes números serão ainda menores.

O baixo crescimento da economia mundial é reflexo do desgaste do arranjo anterior entre Estados Unidos, China e Europa e do processo ainda não finalizado de consolidação de um novo equilíbrio. Para entender este processo e seus principais obstáculos no momento, é necessário ter claro como o arranjo anterior funcionava.

Crescimento econômico em 2012: previsões do FMI (%)

América do Norte		**Europa**	
Estados Unidos	2,2	Alemanha	0,9
Canadá	1,9	França	0,1
América Latina		Itália	- 2,3
México	3,8	Espanha	- 1,5
Brasil	1,5	Reino Unido	- 0,4
Ásia		Rússia	3,7
Japão	2,2	**Mundo**	**3,3**
China	7,8		
Índia	4,9		

Fontes: FMI

O arranjo econômico mundial de 2000 a 2007

A principal razão pela qual o mundo cresceu a uma taxa média de 4,2% a.a., entre 2000 e 2007, foi a existência de uma relação complementar entre as economias norte-americana e chinesa. Os Estados Unidos cresceram fortemente no período devido a:

- um longo período de baixa taxa de juros promovido pelo Allan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve (FED, o Banco Central dos Estados Unidos);
- um significativo corte de impostos promovidos pelo presidente Bush;
- um aumento dos gastos públicos, principalmente via gastos militares.

Se esta combinação gerou, por um lado, um grande déficit nas contas públicas dos Estados Unidos, por outro, também aqueceu a economia e os norte-americanos responderam expandindo seu consumo. Parte importante deste consumo foi atendida pelas exportações chinesas, cujo estímulo incentivou a ampliação dos investimentos e permitiu que a economia deste gigante asiático crescesse, em média, 10,5% no período. As exportações chinesas fizeram com que este país registrasse fortes superávits em sua balança comercial. Os chineses aplicaram este saldo principalmente em títulos de dívida norte-americana, o que permitia que os Estados Unidos financiassem a custos baixíssimos seus déficits, de forma que seu problema de dívida, pública e privada, parecesse não tão grave assim. Esse arranjo puxou o crescimento econômico mundial até 2008. Quando as famílias norte-americanas não puderam mais manter seu nível de consumo, o arranjo se mostrou desgastado e o mundo entrou em crise.

Todo o processo que tem sido visto de 2008 até o momento é parte de um esforço coordenado ou não para reorganizar o sistema econômico mundial. Neste novo

O abismo fiscal norte-americano

Os Estados Unidos deixaram o mundo bastante apreensivo, no final de 2011, com uma restrição legal que impedia que sua dívida pública atingisse o teto de US$ 14,3 trilhões. Caso o montante ultrapassasse este limite, o governo seria obrigado a realizar novos cortes nos gastos públicos, o que jogaria mais terra sobre o fraco crescimento norte-americano. Provavelmente, o mundo passará por um susto parecido ao final de 2012, pois, a partir de dezembro, expira o prazo de diversos incentivos fiscais concedidos desde 2008 para tentar reanimar a economia, como corte de impostos e benefícios de bem-estar social mais generosos.

Esse problema tem sido chamado pela imprensa de abismo fiscal (ou *fiscal cliff*). Se, por um lado, o fim desses incentivos fiscais pode representar um alívio nas contas públicas, atenuando o problema do déficit norte-americano; por outro, com o governo gastando menos, menor será a demanda efetiva e, por fim, menor será o ritmo de crescimento da já frágil economia dos Estados Unidos.

A solução deste problema é simples, porém não é fácil. Para renovar estes incentivos, basta um acordo entre o governo federal e o Congresso. Atualmente, os Estados Unidos são governados por um presidente democrata, o Barack Obama, porém são os republicanos que têm a maioria no Congresso. Isso significa que qualquer negociação entre estes dois poderes será muito difícil e custosa. Para piorar, os Estados Unidos estão em um processo eleitoral cujos resultados, no momento em que este artigo é escrito, ainda são completamente incertos.

arranjo, a China terá um papel cada vez mais importante. Com a União Europeia lutando para não se desfazer e os Estados Unidos crescendo ainda a taxas bastante modestas, qualquer crescimento mais robusto da economia mundial dependerá do desempenho da economia chinesa.

A delicada situação chinesa

Com a Europa em recessão e devido ao baixo crescimento e ao maior protecionismo norte-americano, a China tenta mudar o principal estímulo da sua economia, reduzindo o peso do setor externo e intensificando a participação do consumo das famílias. Até o momento, os resultados têm sido satisfatórios, porém também têm contribuído para acumular problemas e distorções cujas soluções ainda não foram propostas: como lidar com o excesso de capacidade instalada ociosa e manter simultaneamente um ritmo de expansão dos investimentos necessário para sustentar um crescimento de 7% a.a.? De forma semelhante, como contornar uma bolha imobiliária que persistentemente ameaça estourar e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo das famílias?

Esses desequilíbrios têm deixado claro que crescer a 10% a.a. não é mais possível nem para os chineses; é necessário desaquecer essa economia. No entanto, ela não pode desaquecer de forma muito intensa, pois poderia causar instabilidade política e lançar o restante do mundo em uma nova rodada de recessão. Na verdade, a economia chinesa já vem sentindo os impactos vindos dos Estados Unidos e da Europa e seu ritmo de crescimento tem sido menor.

Para evitar uma desaceleração mais forte, o governo chinês já adotou diversas medidas:

- redução das alíquotas do depósito compulsório dos bancos, forçando a liberação de recursos para empréstimos ao setor privado;
- aprovação acelerada dos projetos de investimentos, principalmente em siderurgia, bem como aumentou os gastos com saúde, saneamento básico e previdência social;
- concessão de subsídios aos setores de eletrodomésticos e de automóveis para incentivar o consumo e dar novo estímulo ao setor industrial;
- mudança na matriz energética, com incentivos para os setores de energias limpas, em especial hidrelétrica e solar, porém também para a produção de energia nuclear.

Todas essas soluções esbarram no mesmo problema: a China já parece operar com elevados níveis de capacidade instalada ociosa, as empresas estatais estão cada vez mais dependentes dos subsídios para operarem sem prejuízo e a taxa de lucro de diversos setores está em queda. Os incentivos para as empresas privadas investirem são cada vez menores e isso pode ser observado no ritmo de concessões de novos empréstimos.

Grandes bancos chineses registraram alta de até 80% no volume de atrasos no pagamento de empréstimos, o que aumentou a possibilidade de que cresça a fração de créditos podres no balanço deles. O governo chinês já reduziu as taxas de juros pelo menos duas vezes e os bancos responderam ofertando mais crédito, porém poucas empresas contraíram esses financiamentos.

A atividade industrial, o varejo e o comércio exterior apresentaram desaceleração no terceiro trimestre. Quanto ao comércio exterior, é o sétimo semestre consecutivo de desaceleração. Esse quadro afeta diretamente o saldo da balança comercial brasileira, pois a China é o destino de 70% das exportações do complexo de soja, 50% dos embarques de minério de ferro e o destino de 20% do nosso petróleo bruto. Enfim, a China é responsável por mais da metade do superávit que o Brasil tem em sua balança comercial.

Esse quadro ajuda a explicar porque, se confirmadas as previsões do FMI, o Brasil deverá ser um dos países com menor crescimento (1,5%), atrás do Japão (2,2%), Canadá (1,9%), México (3,8%) e África do Sul (2,6%). Por fim, é importante deixar claro que o setor externo não é único responsável pela queda do ritmo de atividade brasileiro; também há sérias restrições internas. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)